



SME-CUIABÁ-MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE
CUIABÁ - MATO GROSSO - MT

Técnico em
Desenvolvimento
Infantil

Nº 004/GS/SME

CÓD: SL-138AG-23
7908433240488

Língua Portuguesa

1. Leitura, compreensão e interpretação de textos	7
2. Estruturação do texto e dos parágrafos.....	11
3. Articulação do texto: pronomes e expressões referenciais, nexos, operadores sequenciais.	11
4. Significação contextual de palavras e expressões.	13
5. Equivalência e transformação de estruturas.....	13
6. Sintaxe: processos de coordenação e subordinação.....	14
7. Emprego de tempos e modos verbais. Flexão nominal e verbal.....	17
8. Pontuação.	22
9. Estrutura e formação de palavras.	24
10. Funções das classes de palavras.	26
11. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação.....	34
12. Concordância nominal e verbal.	35
13. Regência nominal e verbal.....	36
14. Ortografia oficial	39
15. Acentuação gráfica.....	42

Raciocínio Lógico-Analítico

1. Operações com conjuntos	53
2. Raciocínio lógico numérico: problemas envolvendo operações com números reais	55
3. raciocínio sequencial.	56
4. Conceito de proposição: valores lógicos das proposições.	57
5. Conectivos e negação.	59
6. Argumentação lógica	62
7. diagramas lógicos.....	62
8. Equivalências	64
9. implicações lógicas.....	67
10. Quantificadores universal e existencial.	69
11. Problemas de contagem: princípios aditivo e multiplicativo.	70

Legislação Específica

1. Lei Orgânica do Município de Cuiabá.....	77
2. Lei nº 220 de 22 de dezembro de 2010 (dispõe sobre a carreira dos profissionais da Educação e posteriores alterações)	100
3. Lei Complementar nº 093/2003 (dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Município de Cuiabá).....	107
4. Ética, organização e cidadania	128

Conhecimentos Específicos

Técnico em Desenvolvimento Infantil

1. Cargo social da escola	133
2. tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira; teorias e tendências atuais.....	138
3. interdisciplinaridade	143
4. didática e metodologia do ensino na educação infantil	143
5. psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem;desenvolvimento linguístico e cognitivo da criança	144
6. pedagogia da infância	159
7. estatuto da criança e do adolescente - ECA; direitos da infância	160
8. desenvolvimento da linguagem verbal, corporal e escrita das crianças	200
9. manifestações e tradições culturais locais e nacionais	211
10. literatura infantil brasileira.....	212
11. conceitos específicos das áreas de linguagem, ciências sociais, ciências da natureza e matemática com foco na vivência infantil e construção da sua autonomia;	213
12. projeto político pedagógico - princípios e finalidades	214
13. os diferentes planejamentos no contexto escolar;	221
14. a formação do pensamento lógico-matemático da criança.....	231
15. a política de educação infantil da rede municipal de ensino de Cuiabá	233
16. Base Nacional Comum Curricular;	236
17. Diretrizes Nacionais da Educação Infantil	277

IDENTIFICANDO O TEMA DE UM TEXTO

O tema é a ideia principal do texto. É com base nessa ideia principal que o texto será desenvolvido. Para que você consiga identificar o tema de um texto, é necessário relacionar as diferentes informações de forma a construir o seu sentido global, ou seja, você precisa relacionar as múltiplas partes que compõem um todo significativo, que é o texto.

Em muitas situações, por exemplo, você foi estimulado a ler um texto por sentir-se atraído pela temática resumida no título. Pois o título cumpre uma função importante: antecipar informações sobre o assunto que será tratado no texto.

Em outras situações, você pode ter abandonado a leitura porque achou o título pouco atraente ou, ao contrário, sentiu-se atraído pelo título de um livro ou de um filme, por exemplo. É muito comum as pessoas se interessarem por temáticas diferentes, dependendo do sexo, da idade, escolaridade, profissão, preferências pessoais e experiência de mundo, entre outros fatores.

Mas, sobre que tema você gosta de ler? Esportes, namoro, sexualidade, tecnologia, ciências, jogos, novelas, moda, cuidados com o corpo? Perceba, portanto, que as temáticas são praticamente infinitas e saber reconhecer o tema de um texto é condição essencial para se tornar um leitor hábil. Vamos, então, começar nossos estudos?

Propomos, inicialmente, que você acompanhe um exercício bem simples, que, intuitivamente, todo leitor faz ao ler um texto: reconhecer o seu tema. Vamos ler o texto a seguir?

CACHORROS

Os zoólogos acreditam que o cachorro se originou de uma espécie de lobo que vivia na Ásia. Depois os cães se juntaram aos seres humanos e se espalharam por quase todo o mundo. Essa amizade começou há uns 12 mil anos, no tempo em que as pessoas precisavam caçar para se alimentar. Os cachorros perceberam que, se não atacassem os humanos, podiam ficar perto deles e comer a comida que sobrava. Já os homens descobriram que os cachorros podiam ajudar a caçar, a cuidar de rebanhos e a tomar conta da casa, além de serem ótimos companheiros. Um colaborava com o outro e a parceria deu certo.

Ao ler apenas o título “Cachorros”, você deduziu sobre o possível assunto abordado no texto. Embora você imagine que o texto vai falar sobre cães, você ainda não sabia exatamente o que ele falaria sobre cães. Repare que temos várias informações ao longo do texto: a hipótese dos zoólogos sobre a origem dos cães, a associação entre eles e os seres humanos, a disseminação dos cães pelo mundo, as vantagens da convivência entre cães e homens.

As informações que se relacionam com o tema chamamos de subtemas (ou ideias secundárias). Essas informações se integram, ou seja, todas elas caminham no sentido de estabelecer uma unidade de sentido. Portanto, pense: sobre o que exatamente esse texto fala? Qual seu assunto, qual seu tema? Certamente você chegou à conclusão de que o texto fala sobre a relação entre homens e cães. Se foi isso que você pensou, parabéns! Isso significa que você foi capaz de identificar o tema do texto!

Fonte: <https://portuguesrapido.com/tema-ideia-central-e-ideias-secundarias/>

IDENTIFICAÇÃO DE EFEITOS DE IRONIA OU HUMOR EM TEXTOS VARIADOS**Ironia**

Ironia é o recurso pelo qual o emissor diz o contrário do que está pensando ou sentindo (ou por pudor em relação a si próprio ou com intenção depreciativa e sarcástica em relação a outrem).

A ironia consiste na utilização de determinada palavra ou expressão que, em um outro contexto diferente do usual, ganha um novo sentido, gerando um efeito de humor.

Exemplo:



Na construção de um texto, ela pode aparecer em três modos: ironia verbal, ironia de situação e ironia dramática (ou satírica).

Ironia verbal

Ocorre quando se diz algo pretendendo expressar outro significado, normalmente oposto ao sentido literal. A expressão e a intenção são diferentes.

Exemplo: Você foi tão bem na prova! Tirou um zero incrível!

Ironia de situação

A intenção e resultado da ação não estão alinhados, ou seja, o resultado é contrário ao que se espera ou que se planeja.

Exemplo: Quando num texto literário uma personagem planeja uma ação, mas os resultados não saem como o esperado. No livro “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, de Machado de Assis, a personagem título tem obsessão por ficar conhecida. Ao longo da vida, tenta de muitas maneiras alcançar a notoriedade sem suces-

A imaginação na realidade não se “desprega” da memória, mas recria com os elementos da memória. Imaginar implica, portanto, em se liberar das conexões que estão feitas dos elementos percebidos, para “reutilizar” estes elementos em outras configurações.

Temos aí duas implicações importantes: primeiramente, que a imaginação não é dada na espécie, é construída. Segundo, que ela é parte integrante do processo de aprendizagem, porque aprender significa, exatamente, ser capaz de estabelecer conexões entre informações, construindo significado. Podemos ver que, neste segundo caso, a imaginação é base para o estabelecimento destas novas redes, uma vez que ela é a função psicológica que estabelece relações significativas entre elementos que não estavam conectados entre si. A imaginação cria condições de aprendizagem.

Temos assim que a relação entre imaginação e memória tem sentido duplo: a base para o funcionamento da imaginação são os elementos que estão contidos na memória e o próprio funcionamento da imaginação desenvolve a memória (por meio do processo imaginativo, novas mediações semióticas são realizadas, dando à pessoa uma maior complexidade aos sistemas contidos na memória de longa duração).

Porque a imaginação é importante na aprendizagem?

1. Ela está na origem da construção do conhecimento que vamos ensinar.

O conhecimento científico e o conhecimento estético foram produzidos a partir do exercício da imaginação humana nos vários períodos históricos.

2. Ela está na origem do conhecimento que será construído pelo aluno.

A imaginação motiva. Muitos educadores concordarão que a motivação é um fator importante para o educando aprender.

Motivar implica em mobilização para, interesse em envolvimento com o objeto de aprendizagem.

Esta disponibilidade para aprender envolve, do ponto de vista psicológico, a imaginação.

Por exemplo, podemos motivar o aluno para um fenômeno científico que será estudado com o concurso da mobilização da imaginação: como será que a energia elétrica surge na represa? Como será que a luz chega à lâmpada?

Que será que acontece com a semente debaixo da terra? Como será que o computador guarda tanta informação? Porque o rio muda de cor?

Levantar hipóteses para qualquer destas questões implica em ter liberdade de pensamento. Isto é, a capacidade imaginativa no ser humano tem como base a liberação da experiência sensível imediata, desta forma a pessoa pode lidar, livremente, com o acervo mental que detém de imagens, informações, sensações colhidas nas várias experiências de vida, juntamente com as emoções e sentimentos que as acompanharam.

O desenvolvimento humano e a aprendizagem, na escola, envolvem, precisamente, esta dialética de receber informações por meio dos sentidos e ter a possibilidade de ir além delas pelas funções mentais.

O Desenvolvimento Humano na Teoria de Piaget

De acordo com a publicação de Marcia Regina Terra⁸ o estudo do desenvolvimento do ser humano constitui uma área do conhecimento da Psicologia em que concentram-se no esforço de compreender o homem em todos os seus aspectos, englobando fases desde o nascimento até o seu mais completo grau de maturidade e estabilidade. Tal esforço, conforme mostra a linha evolutiva da Psicologia, tem culminado na elaboração de várias teorias que procuram reconstituir, a partir de diferentes metodologias e pontos de vistas, as condições de produção da representação do mundo e de suas vinculações com as visões de mundo e de homem dominantes em cada momento histórico da sociedade.

Assim, dentre essas tantas teorias tem-se a de Jean Piaget, que, como as demais, busca compreender o desenvolvimento do ser humano. No entanto, ela se destaca de outras pelo seu caráter inovador quando introduz uma ‘terceira visão’ representada pela *linha interacionista* que constitui uma tentativa de integrar as posições dicotômicas de duas tendências teóricas que permeiam a Psicologia em geral - o materialismo mecanicista e o idealismo - ambas marcadas pelo antagonismo inconciliável de seus postulados que separam de forma estanque o físico e o psíquico.

Um outro ponto importante a ser considerado, segundo estudiosos, é o de que o modelo piagetiano prima pelo rigor científico de sua produção, ampla e consistente ao longo de 70 anos, que trouxe contribuições práticas importantes, principalmente, ao campo da Educação - muito embora, curiosamente aliás, a intenção de Piaget não tenha propriamente incluído a ideia de formular uma teoria específica de aprendizagem.

Tendo em vista o objetivo da teoria piagetiana que de acordo com Coll e Gillieron é “compreender como o sujeito se constitui enquanto sujeito cognitivo, elaborador de conhecimentos válidos” cabe algumas considerações sobre o método piagetiano sobre o desenvolvimento humano.

⁸ <http://www.unicamp.br/iel/site/alunos/publicacoes/>

- envolvam as crianças na pesquisa e na identificação dos conhecimentos que se relacionam aos movimentos corporais, fazendo e ouvindo perguntas, formulando novas questões e estimulando a curiosidade, a criatividade e a inventividade delas

- proponham jogos coletivos que pressuponham a colaboração e não a competição.

- favoreçam o desenvolvimento de noções básicas de higiene, segurança e autocuidado, ensinando as crianças a se vestir, a amarrar os sapatos, a lavar as mãos, a escovar os dentes, a usar o banheiro, a tomar banho, etc.

- garantam o aprendizado de técnicas (maneiras de fazer) que possibilitem às crianças realizarem movimentos e gestos com maior facilidade.

- favoreçam a interação entre as crianças, formando grupos com a mesma idade e com idades diferentes, bem como possibilitem a interação com os adultos da instituição

- ajudem a criança a construir uma autoimagem positiva, intervindo nas situações em que preconceitos e/ou racismo se apresente.

- ajudem as crianças a identificar, significar, ressignificar e, se necessário, apagar as marcas negativas deixadas no corpo pela cultura.

- estabeleçam, sempre que possível, relações com o trabalho de outros profissionais da instituição.

- trabalhem com as crianças a expressão de suas singularidades, mas sem esquecer da produção coletiva de gestos, movimentos, dramatizações e escolha de temas. Os significados e sua compreensão emergem das relações compartilhadas, reconhecidas e apropriadas.

- valorizem a identidade cultural de todas as crianças.

- ajudem as crianças a compreenderem sua cultura e sua história.

- resgatem, por meio de conversas e entrevistas, as experiências corporais coletivas da comunidade onde as crianças vivem.

- procurem conhecer as diversas manifestações culturais que privilegiam o uso do corpo, como danças, músicas, brincadeiras, teatro e outras.

- estabeleçam relações entre a cultura mais ampla e o contexto das crianças.

- partilhem com as crianças danças, músicas e ritmos variados, o que significa dançar junto, dramatizar, produzir sons com diferentes objetos e com o próprio corpo.

- possibilitem que as crianças inventem movimentos, gestos e jeitos de dançar, encenar, representar, se expressar e sons com diferentes objetos e com o próprio corpo.

- incentivem a produção e a apresentação de peças teatrais.

Enfim, trabalhar com o corpo na Educação Infantil é uma oportunidade de ajudar as crianças a desenvolverem essa dimensão tão importante do ser humano, mas é também a oportunidade de a profissional se interrogar sobre as experiências corporais que propõe cotidianamente às crianças. Portanto, não é um trabalho pronto, mas uma tarefa que, mesmo sistematizada e intencional, pode ser sempre reiniciada de acordo com o que a realidade exigir.

MANIFESTAÇÕES E TRADIÇÕES CULTURAIS LOCAIS E NACIONAIS

A cultura do Brasil é representada pela fusão de tradições, expressões culturais, práticas costumeiras, gastronomia e religiosidade das várias comunidades que habitaram o país ao longo de sua história.

Devido a um amplo processo de miscigenação de diferentes grupos étnicos, o Brasil se destaca como um dos países mais culturalmente diversos do mundo.

De maneira resumida, a riqueza cultural do Brasil é moldada pelo encontro entre povos indígenas, africanos e imigrantes europeus. Além disso, outras nações também contribuíram para essa rica miscelânea, trazendo consigo suas próprias tradições e costumes, enriquecendo ainda mais essa vasta pluralidade.

Essa diversidade torna a cultura brasileira multifacetada e complexa, variando conforme as diferentes regiões do vasto território nacional.

Entretanto, essa rica variedade cultural sempre foi acompanhada por desigualdades e hierarquias, refletindo em profundas injustiças sociais e séculos de violência, especialmente direcionadas às populações negra e indígena.

Expressões culturais do Brasil

As expressões culturais são a representação viva dos rituais e festividades de um povo. Vamos conhecer algumas das manifestações culturais presentes no Brasil.

Festival de Parintins

O Festival de Parintins ocorre na cidade de Parintins, no estado do Amazonas, desde 1965. Durante três dias consecutivos, desfiles e competições entre os bois Garantido e Caprichoso dominam a festa.

Uma equipe de jurados avalia aspectos como enredo, música e cenografia, concedendo pontuações finais. Este festival é reconhecido como Patrimônio Cultural do Brasil.

Festas Juninas

As festas Juninas, também conhecidas como Festa de São João, possuem raízes profundas na região nordeste do Brasil e ocorrem no mês de junho. Essa tradição tem suas origens na influência dos portugueses, mesclada com as contribuições culturais dos povos africanos e indígenas.

Nesses eventos, são realizadas apresentações de danças típicas, como quadrilhas e danças com fitas, enquanto a ornamentação é caracterizada por bandeirinhas coloridas e balões. Entre as iguarias tradicionais servidas nas celebrações juninas, destacam-se a pamonha, o curau, a canjica e a pipoca.

Carnaval e os Desfiles das Escolas de Samba

Os desfiles das Escolas de Samba ocorrem durante o período do carnaval e constituem uma das manifestações culturais mais renomadas do Brasil. O desfile de maior destaque ocorre na cidade do Rio de Janeiro, no icônico Sambódromo da Marquês de Sapucaí.

tuguesa, que mais tarde, levou à expulsão dos mesmos em 1759. A expulsão dos jesuítas criou um vazio escolar. A insuficiência de recursos e escassez de mestres desarticulou o trabalho educativo no País, com repercussões que se estenderam até o período imperial.

Com a vinda da Família Imperial, a educação brasileira toma um novo impulso, principalmente com a criação dos cursos superiores, no entanto a educação popular foi relegada em segundo plano. Com a reforma constitucional de 1834, as responsabilidades da educação popular foram descentralizadas, deixando-as às províncias e reservando à Corte a competência sobre o ensino médio e superior.

Nesse período, a situação continuou a mesma: escassez de escolas e de professores na educação básica. Com a educação média e superior, prevaleceram às aulas avulsas destinadas apenas às classes mais abastadas.

A Proclamação da República, também não alterou significativamente a ordenação legal da Educação Brasileira, foi preciso esperar até a década de 20 para que, o debate educacional ganhasse um espaço social mais amplo. Nesta época, as questões educacionais deixaram de ser temas isolados para se tornarem um problema nacional. Várias tentativas de reforma ocorreram em vários estados; iniciou-se uma efetiva profissionalização do magistério e novos modelos pedagógicos começaram a ser discutidos e introduzidos na escola.

Surgimento do Plano de Educação

A primeira experiência de planejamento governamental no Brasil foi executada no governo de Juscelino Kubitschek com seu Plano de Metas (1956/61). Antes, os chamados planos que se sucederam desde 1940, foram diagnósticos que tentavam racionalizar o orçamento. Neste processo de planejamento convém distinguir três fases:

- A decisão de planejar;
- O plano em si; e
- A implantação do plano.

A primeira e a última fase são políticas e a segunda é um assunto estritamente técnico.

No caso do **Planejamento Educacional**, essa distinção é interessante, pois foi preciso um longo período de maturação para que se formulasse de forma explícita a necessidade nacional de uma política de educação e de um plano para programá-la. A revolução de 30 foi o desfecho das crises políticas e econômicas que agitaram profundamente a década de 20, compondo-se assim, um quadro histórico propício à transformação da Educação no Brasil.

Em 1932, um grupo de educadores conseguiu captar o anseio coletivo e lançou um manifesto ao povo e ao governo que ficou conhecido como “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, que extravasava o entusiasmo pela Educação. O manifesto era ao mesmo tempo uma denúncia uma exigência de uma política educacional consistente e, um plano científico para executá-la, livrando a ação educativa do empirismo e da descontinuidade. O mesmo teve tanta repercussão e motivou uma campanha que repercutiu na Assembleia Constituinte de 1934.

De acordo com a Constituição de 34, o conselho Nacional de Educação elaborou e enviou, em maio de 37, um anteprojeto do **Plano de Educação Nacional**, mas com a chegada do estado Novo, o mesmo nem chegou a ser discutido.

Sendo assim, mesmo que a ideia de plano nacional de educação fosse um fruto do manifesto e das campanhas que se seguiram, o **Plano 37** era uma negação das teses defendidas pelos educadores ligados àqueles movimentos. Totalmente centralizador, o mesmo pretendia ordenar em minúcias toda a educação nacional. Tudo estava regulamentado ao plano, desde o ensino pré-primário ao ensino superior; os currículos eram estabelecidos e até mesmo o número de provas e os critérios de avaliação.

No entanto, os dois primeiros artigos dos 504 que compuseram o Plano de 37, chamam atenção, no que se refere ao Planejamento Educacional a nível nacional, atualmente:

Art. 1º- O Plano Nacional de Educação, código da educação nacional, é o conjunto de princípios e normas adotados por esta lei para servirem de base à organização e funcionamento das instituições educativas, escolares e extraescolares, mantidas no território nacional pelos poderes públicos ou por particulares.

Art. 2º- Este Plano só poderá ser revisto após vigência de dez anos.

Nesses artigos, há três pontos os quais convém destacar, pois repercutiram e persistiram em parte, em iniciativas e leis posteriores:

- O Plano de Educação identifica-se com as diretrizes da Educação Nacional;
- O Plano deve ser fixado por Lei;
- O Plano só poderá ser revisto após uma vigência prolongada.

Segundo *Kuenzer*⁴⁰ “o planejamento de educação também é estabelecido a partir das regras e relações da produção capitalista, herdando, portanto, as formas, os fins, as capacidades e os domínios do capitalismo monopolista do Estado.”

Aqui no Brasil, *Padilha*⁴¹ explica que “Durante o regime autoritário, eles foram utilizados com um sentido autocrático. Toda decisão política era centralizada e justificada tecnicamente por tecnocratas à sombra do poder.” *Kuenzer* complementa a citação acima explicando que “A ideologia do Planejamento então oferecida a todos, no entanto, escondia essas determinações político-econômicas mais abrangentes e decididas em restritos centros de poder.”

O regime autoritário fez com que muitos educadores criassem uma resistência com relação à elaboração de planos, uma vez que esses planos eram supervisionados ou elaborados por técnicos que delimitavam o que o professor deveria ensinar, priorizando as necessidades do regime político. “Num regime político de contenção, o planejamento passa a ser bandeira altamente eficaz para o controle e ordenamento de todo o sistema educativo.”

Apesar de se ter claro a importância do planejamento na formação, *Fusari*⁴² explica que:

“Naquele momento, o Golpe Militar de 1964 já implantava a repressão, impedindo rapidamente que um trabalho mais crítico e reflexivo, no qual as relações entre educação e sociedade pudessem

40 KUENZER, Acácia Zeneida, CALAZANS, M. Julieta C., GARCIA, Walter. *Planejamento e educação no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

41 PADILHA, Paulo Roberto. *Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola*. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

42 FUSARI, José Cerchi. *O planejamento do trabalho pedagógico: algumas indagações e tentativas de respostas*. 1990.

4. Utilizar diferentes linguagens para defender pontos de vista que respeitem o outro e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, atuando criticamente frente a questões do mundo contemporâneo.

5. Desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade, bem como participar de práticas diversificadas, individuais e coletivas, da produção artístico-cultural, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas.

6. Compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares), para se comunicar por meio das diferentes linguagens e mídias, produzir conhecimentos, resolver problemas e desenvolver projetos autorais e coletivos.

LÍNGUA PORTUGUESA

O componente Língua Portuguesa da BNCC dialoga com documentos e orientações curriculares produzidos nas últimas décadas, buscando atualizá-los em relação às pesquisas recentes da área e às transformações das práticas de linguagem ocorridas neste século, devidas em grande parte ao desenvolvimento das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC). Assume-se aqui a perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem, já assumida em outros documentos, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), para os quais a linguagem é “uma forma de ação interindividual orientada para uma finalidade específica; um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes numa sociedade, nos distintos momentos de sua história” (BRASIL, 1998, p. 20).

Tal proposta assume a centralidade do texto como unidade de trabalho e as perspectivas enunciativo-discursivas na abordagem, de forma a sempre relacionar os textos a seus contextos de produção e o desenvolvimento de habilidades ao uso significativo da linguagem em atividades de leitura, escuta e produção de textos em várias mídias e semioses.

Ao mesmo tempo que se fundamenta em concepções e conceitos já disseminados em outros documentos e orientações curriculares e em contextos variados de formação de professores, já relativamente conhecidos no ambiente escolar – tais como práticas de linguagem, discurso e gêneros discursivos/gêneros textuais, esferas/campos de circulação dos discursos –, considera as práticas contemporâneas de linguagem, sem o que a participação nas esferas da vida pública, do trabalho e pessoal pode se dar de forma desigual. Na esteira do que foi proposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais, o texto ganha centralidade na definição dos conteúdos, habilidades e objetivos, considerado a partir de seu pertencimento a um gênero discursivo que circula em diferentes esferas/campos sociais de atividade/comunicação/uso da linguagem. Os conhecimentos sobre os gêneros, sobre os textos, sobre a língua, sobre a norma-padrão, sobre as diferentes linguagens (semioses) devem ser mobilizados em favor do desenvolvimento das capacidades de leitura, produção e tratamento das linguagens, que, por sua vez, devem estar a serviço da ampliação das possibilidades de participação em práticas de diferentes esferas/ campos de atividades humanas.

Ao componente Língua Portuguesa cabe, então, proporcionar aos estudantes experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais permeadas/constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens.

As práticas de linguagem contemporâneas não só envolvem novos gêneros e textos cada vez mais multissemióticos e multimidiáticos, como também novas formas de produzir, de configurar, de disponibilizar, de replicar e de interagir. As novas ferramentas de edição de textos, áudios, fotos, vídeos tornam acessíveis a qualquer um a produção e disponibilização de textos multissemióticos nas redes sociais e outros ambientes da Web. Não só é possível acessar conteúdos variados em diferentes mídias, como também produzir e publicar fotos, vídeos diversos, podcasts, infográficos, enciclopédias colaborativas, revistas e livros digitais etc. Depois de ler um livro de literatura ou assistir a um filme, pode-se postar comentários em redes sociais específicas, seguir diretores, autores, escritores, acompanhar de perto seu trabalho; podemos produzir playlists, vlogs, vídeos-minuto, escrever fanfics, produzir e-zines, nos tornar um booktuber, dentre outras muitas possibilidades. Em tese, a Web é democrática: todos podem acessá-la e alimentá-la continuamente. Mas se esse espaço é livre e bastante familiar para crianças, adolescentes e jovens de hoje, por que a escola teria que, de alguma forma, considerá-lo?

Ser familiarizado e usar não significa necessariamente levar em conta as dimensões ética, estética e política desse uso, nem tampouco lidar de forma crítica com os conteúdos que circulam na Web. A contrapartida do fato de que todos podem postar quase tudo é que os critérios editoriais e seleção do que é adequado, bom, fidedigno não estão “garantidos” de início. Passamos a depender de curadores ou de uma curadoria própria, que supõe o desenvolvimento de diferentes habilidades.

A viralização de conteúdos/publicações fomenta fenômenos como o da pós-verdade, em que as opiniões importam mais do que os fatos em si. Nesse contexto, torna-se menos importante checar/verificar se algo aconteceu do que simplesmente acreditar que aconteceu (já que isso vai ao encontro da própria opinião ou perspectiva). As fronteiras entre o público e o privado estão sendo recolocadas. Não se trata de querer impor a tradição a qualquer custo, mas de refletir sobre as redefinições desses limites e de desenvolver habilidades para esse trato, inclusive refletindo sobre questões envolvendo o excesso de exposição nas redes sociais. Em nome da liberdade de expressão, não se pode dizer qualquer coisa em qualquer situação. Se, potencialmente, a internet seria o lugar para a divergência e o diferente circularem, na prática, a maioria das interações se dá em diferentes bolhas, em que o outro é parecido e pensa de forma semelhante. Assim, compete à escola garantir o trato, cada vez mais necessário, com a diversidade, com a diferença.

Eis, então, a demanda que se coloca para a escola: contemplar de forma crítica essas novas práticas de linguagem e produções, não só na perspectiva de atender às muitas demandas sociais que convergem para um uso qualificado e ético das TDIC – necessário para o mundo do trabalho, para estudar, para a vida cotidiana etc. –, mas de também fomentar o debate e outras demandas sociais que cercam essas práticas e usos. É preciso saber reconhecer os discursos de ódio, refletir sobre os limites entre liberdade de expressão e ataque a direitos, aprender a debater ideias, considerando posições e argumentos contrários.

Não se trata de deixar de privilegiar o escrito/impresso nem de deixar de considerar gêneros e práticas consagrados pela escola³⁰, tais como notícia, reportagem, entrevista, artigo de opinião, charge, tirinha, crônica, conto, verbete de enciclopédia, artigo de divulgação científica etc., próprios do letramento da letra e do impresso, mas de contemplar também os novos letramentos, essencialmente digitais.

4. CESPE / CEBRASPE - 2023

Julgue o item a seguir, relativos aos estágios de desenvolvimento intelectual da criança propostos por Piaget.

No estágio sensório-motor (de 0 a 2 anos de idade), a criança já tem capacidade de pensar e representar eventos.

- () CERTO
() ERRADO

5. CESPE / CEBRASPE - 2023

Julgue o item a seguir, relativos aos estágios de desenvolvimento intelectual da criança propostos por Piaget.

O estágio sensório-motor configura um marco do desenvolvimento intelectual da criança: a construção da noção de eu, momento em ela começa a perceber a diferença entre si mesma e os objetos de seu meio ambiente, e a se reconhecer como indivíduo.

- () CERTO
() ERRADO

6. CESPE / CEBRASPE - 2023

Em relação às experiências lúdicas no processo de ensino e aprendizagem, julgue o item subsequente.

O jogo simbólico é importante para o desenvolvimento da imaginação da criança apenas na educação infantil, processo que não se relaciona à aprendizagem do estudante nas próximas etapas de ensino.

- () CERTO
() ERRADO

7. JVL Concursos - 2023

“O trabalho com jogos nas aulas de Matemática, quando bem planejado e orientado, auxilia o desenvolvimento de habilidades como observação, análise, levantamento de hipóteses, busca de suposições, reflexão, tomada de decisão, argumentação e organização, que estão estreitamente relacionadas ao chamado raciocínio lógico.” Smole (2007, p. 11)

Sobre a importância dos jogos matemáticos em sala de aula, assinale a alternativa incorreta.

- (A) A aprendizagem por meio de jogos, como dominó, palavras cruzadas, memória e outros permite que o estudante faça da aprendizagem um processo interessante e até divertido.
(B) Os jogos podem ser utilizados para introduzir, amadurecer conteúdos e preparar o estudante para aprofundar os itens já trabalhados.
(C) Partindo do princípio que as crianças pensam de maneira diferente dos adultos, o objetivo do professor é ensiná-las a jogar, impondo regras e interferindo a todo momento durante o aprendizado.
(D) O uso de jogos no ensino da Matemática tem o objetivo de fazer com que os estudantes gostem de aprender essa disciplina, mudando a rotina da classe e despertando o interesse do estudante.
(E) Devemos escolher jogos que estimulem a discussão em sala de aula, com atividades que devem ser muito difíceis e ser testadas na hora de sua aplicação, propiciando maior debate entre os alunos.

8. FURB - 2023

A importância do lúdico na educação infantil

As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa e experimenta (BRASIL, 2009, Art. 4º).

Nesse contexto, registre V, para verdadeiro, e F, para falso:

() O desenvolvimento do aspecto lúdico mantém-se prescindível na educação infantil, porque facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora para uma boa saúde mental, prepara um estado interior fértil, facilita os processos de socialização, comunicação expressão e construção do conhecimento.

() Na Educação Infantil, o lúdico se configura em uma situação privilegiada de aprendizagem e em um importante instrumento pedagógico, constituindo uma potente ferramenta de desenvolvimento da expressão, socialização e comunicação.

() Associado ao educar, o brincar proporciona grande eficácia para a assimilação de conteúdos, dados e informações porque, desde muito cedo, a criança comunica-se por intermédio de sons e gestos, desenvolvendo, posteriormente, a imaginação por meio da brincadeira.

() Nas brincadeiras, os pequenos desenvolvem capacidades importantes, como a memória, a atenção e a imitação, amadurecendo, a socialização, por meio da interação, experimentação e uso de papéis sociais e regras.

Assinale a alternativa com a sequência correta:

- (A) V - V - V - V.
(B) V - F - V - F.
(C) F - V - V - V.
(D) V - V - V - F.
(E) F - V - F - V.

9. FURB - 2023

Analise as afirmativas a seguir:

I. A ação do professor de educação infantil, como mediador das relações entre as crianças e os diversos universos sociais nos quais elas interagem, possibilita a criação de condições para que elas possam, gradativamente, desenvolver capacidades ligadas à tomada de decisões, à construção de princípios, à cooperação, à solidariedade, ao diálogo, ao respeito a si mesmas e ao outro, assim como desenvolver sentimentos de justiça e ações de cuidado para consigo e para com os outros.

II. Em relação às regras, além de se manter a preocupação quanto à clareza e transparência na sua apresentação e à coerência das sanções, é preciso dar oportunidade para que as crianças participem do estabelecimento de regras que irão lhes afetar diretamente.

III. Na instituição coletiva, todas as regras podem ser modificadas em função dos acordos feitos entre professores e crianças, inclusive os horários das refeições, assim como o uso de espaços comuns ou mesmo horários de chegada e saída, essas modificações são facilitadas, pois envolvem uma simples rede de funcionários, pais e o conjunto das crianças atendidas, que facilmente pode ser modificado por pequenos grupos.